

A FORMAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Tarcione Ferreira de Lima ¹

Erilene Dantas Junqueira Barros ²

Alvaro Carvahô Dias da Silva³

RESUMO: A inclusão visa educação para todos. É importante destacar que ainda existem lacunas nas políticas públicas de educação, mas já se conquistou um espaço considerável no tocante a inclusão e educação. Assim, destacamos como objetivo principal deste artigo as concepções e as práticas docentes sobre inclusão na aprendizagem. Para tanto, nos apropriamos ainda dos argumentos apresentados por Mantoan (2006), Santos & Paulino (2008), Piletti & Rossato (2011), Ross & Urbanek (2010), que discutem a inclusão, contemplando não só alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais - NEEs, mas também destacam aqueles que possuem dificuldades na aprendizagem. Recorremos ainda a Freire (2013), trazendo a dimensão da prática educativa e a formação docente. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, onde foram estudados os autores já citados, com intuito de fundamentar as concepções de cada um em relação à inclusão e educação.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Aprendizagem. Prática Docente.

INTRODUÇÃO

Ensinar é desafiador o docente precisa estar antenado a velocidade das mudanças; capacitando cidadãos críticos, nesse caso os discentes. Evidentemente muitos serão os desafios, dentre eles a falta de interesse do poder público. Os desafios estão nos anais da história, não é algo novo, quem ler perceberá um pouco do desenrolar da história que apesar de alguns avanços, outras conquistas precisam ser alcançadas até os dias hoje.

Um fato digno de nota é a formação acadêmica, muitos avanços foram feitos nessa área. Um desafio que permanece até os dias de hoje é a necessidade da formação continuada, haja visto que a sociedade está em constante mudanças e essas mudanças precisam ser acompanhadas por aqueles que são formadores de novos docentes.

¹ Mestrando em Ciências da Educação WUE, Teólogo, Faculdade de Teologia Integrada. tarcioneferreira@hotmail.com

² Mestranda em Ciências da Educação WUE, Assistente Social pela Faculdade Católica Santa Teresinha, Pedagoga pelo Instituto superior de Educação Nossa Senhora de Fatima. erilena_dantas@hotmail.com

³ Doutor em Educação EBWU; Diretor Geral da Faculdade Sucesso-FACSU. Aci.alvaro@gmail.com

A necessidade da formação continuada se dar pelo fato de termos um professor atualizado aos eventos do presente, entendendo que cada aluno é único, ninguém é igual, desenvolvendo uma metodologia voltada para a diversidade, na prática o professor também aprende.

Para que haja sucesso no ensino inclusivo, precisa-se de uma prática pedagógica fundamentada em um processo de aprendizagem. Assim como o discente o professor precisa estar atento as mudanças que surgem nesse processo de ensino e aprendizagem. Nesse cenário o professor é de fundamental importância pois ele exerce uma função determinada e incentivadora para os alunos.

A inclusão só acontece de fato se o professor estiver preparado e se realizar práticas que envolva de forma igualitária no coletivo. É necessário que essas práticas sejam muito bem elaboradas e aplicadas, caso contrário acaba sendo o fracasso do processo de aprendizagem de muitos alunos.

Esse processo de aprendizagem é fator crucial para que haja realmente a inclusão nos espaços escolares, partindo de uma proposta pedagógica bem elaborada até os espaços físicos onde serão recebidos.

Para se trabalhar numa perspectiva inclusiva nas escolas, é necessário que haja um empenho mútuo de toda equipe pedagógica, onde possa atender as necessidades de cada aluno, sem excluir ninguém. A inclusão não tem a prerrogativa de atender somente aos portadores de Necessidades Especiais, mas visa acolher a todos aqueles que se encontram com deficiência na aprendizagem, fato que acontece com muita frequência nas escolas.

2- FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO: PARTINDO PARA A CONSCIÊNCIA DA HETEROGENEIDADE

A função de ensinar não é fácil, exige competência e compromisso, pois, como já disse Paulo Freire (2013, p.24), não basta apenas transferir ou repassar o que se sabe, mas saber criar as possibilidades, de forma que juntos, educadores e educandos construam conhecimentos, e, para que isto aconteça, é necessário que o professor seja flexível, e esteja sempre aberto às mudanças, a querer estar preparado às possíveis indagações e dúvidas que os alunos poderão trazer consigo, para tanto, é imprescindível a preparação docente. O mundo vive em constante evolução e o professor é aquele que deve estar preparado para formar cidadãos críticos.

Muitos foram e são os empecilhos e dificuldades enfrentados pela classe dos professores. Feutrin, discutindo sobre a formação profissional acadêmica dos educadores diz:

Sempre houve, no entanto, sérias dificuldades impostas aos docentes. De um lado, a dificuldade de formação acadêmica e as poucas chances que o profissional da educação encontra em sua real necessidade de se atualizar. Do outro lado, a incompetência dos poderes públicos aliada à grande extensão territorial, com uma diversidade muito grande de culturas e condições socioeconômicas, o descaso e a pouca valorização do professor e de toda a educação (2006, p.23).

O autor expressa sobre a pouca valorização que se dá ao professor e à educação, pois o poder público pouco se preocupa em investir na formação dos educadores. Muitos investem para ter sua própria formação acadêmica, pois o mundo está em constante evolução e o profissional da educação necessita de estar buscando sempre se qualificar para poder proporcionar um ensino que atenda às perspectivas dos alunos.

A formação profissional docente é um dilema histórico que com o passar dos anos, foram surgindo muitas inquietações, procurando formas para melhorar essa problemática. A partir de Comenius, século XVII, já surge a necessidade da formação dos professores, com isso, cria-se nesse período o primeiro estabelecimento de ensino voltado à formação docente, estabelecido por São João Batista em 1684, intitulado Seminário dos Mestres, mas, somente no século XIX, com mais precisão, após a Revolução Francesa, foi criado as Escolas Normais com propósito de preparar os professores.

Em 1794 a convenção instituiu a primeira Escola Normal, sendo estabelecida em Paris em 1795. Outros países como: Itália, Alemanha, Inglaterra, entre outros, também estabeleceram durante o século XIX as Escolas Normais. No Brasil, esse pensamento surgiu após a Independência, com a organização da instrução popular (SAVIANI, 2009, p.143).

A análise para a formação docente no Brasil foi compreendida em momentos históricos. No decorrer do período colonial, a partir das escolas jesuítas e das aulas que foram implantadas através das reformas pombalinas até chegar os cursos superiores, os quais foram criados com a chegada de D.João VI no ano de 1808, ainda não tinham surgido inquietações visíveis concernentes a formação docente (SAVIANI, 2009, p. 144).

Somente em 15 de outubro de 1827, com a Lei das Escolas de Primeiras Letras é que surge pela primeira vez a exigência do preparo didático para os professores.

No Brasil, a primeira Escola Normal do país foi instituída no Rio de Janeiro, Niterói, em 1835, modelo que foi seguido pela maioria das províncias durante o século XIX; nessas escolas o que predominava era simplesmente a preocupação de dominar os conteúdos, o mesmo currículo que era utilizado nas escolas de Primeiras Letras. A princípio, a visão repassada para os professores era que eles deveriam ter domínio dos conteúdos para transmitir para os alunos, não havia, portanto, a preocupação de um preparo didático-pedagógico, que se buscassem inovações, na tentativa de desenvolver novas técnicas e métodos que despertassem, acima de tudo, o interesse dos alunos (SAVIANI, 2009, p.144).

Ainda de acordo com Saviani (2009), no ano de 1890, o padrão de organização e funcionamento das Escolas Normais passou a ser válido com a reforma da instituição pública do Estado de São Paulo. No período de 1932 a 1939, deu-se a organização dos institutos de educação, a partir de então, surge uma nova fase, abrindo assim espaço para a valorização não só do ensino, mas da pesquisa; foi com essa abertura que surgiu o Instituto de Educação do Distrito Federal, tendo como implantador do mesmo Anísio Teixeira no ano de 1932, sendo comandado por Lourenço Filho e o Instituto de Educação de São Paulo, foi implantado em 1933 por Fernando de Azevedo, não deixando de destacar que estes dois institutos tiveram suas inspirações na Escola Nova.

As Escolas Normais foram organizadas, chegando ao nível universitário, e foi com a Universidade de São Paulo, fundada 1934, e a Universidade do Distrito Federal, instituída em 1935, que organizaram os cursos de formação de professores para as escolas secundárias, se estendendo às demais escolas do país de acordo com o decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, sendo organizada assim, a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil que serviu de referência para todas as escolas de nível superior.

Com o passar dos anos, o modelo educacional passou por diferentes mudanças, as leis foram surgindo em virtude das transformações, depois de várias leis promulgadas, destaca-se, dentre elas, a LDB- nº 9.394/96, de 24 de dezembro de 1996, que decreta a necessidade de os profissionais da educação se qualificar.

Em seu artigo 62, a LDB declara:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 2006, p.25).

É importante observar que a formação de professores enfrenta obstáculos até os

dias de hoje e cabe também destacar que a formação destes se encontra diante de dois modelos: o que foca seu ensino apenas nos conteúdos culturais-cognitivos e o que se detém ao aspecto pedagógico-didático. Seria, portanto, imprescindível que a formação dos professores fosse alicerçada nesses dois aspectos de forma indissociável, valorizando não só o conteúdo, mas também a forma de se trabalhar esses conteúdos. Montero diz que “a superação implica em função da qual se está a funcionar é a aceitação de que a qualidade dos professores depende em grande medida da formação recebida” (2001, p.19).

Enfim, o professor precisa de sua formação acadêmica para contribuir de maneira eficaz com a aprendizagem dos educandos. Esse preparo científico deve vir acompanhado por uma postura didático-pedagógica, pois não adianta apenas dominar conteúdo para repassá-los como se fosse uma obrigação, mas articulá-los com clareza, trazendo em sua prática, inovações com o propósito de construir conhecimento, visto que como diz Paulo Freire (2013) o conhecimento não se transfere se constrói.

A primeira etapa foi vencida, a de instituir uma formação acadêmica para o professor. No entanto, para muitos educadores, mesmo com nível superior, fica cada vez mais difícil a tarefa de ensinar, pois ele precisa estar constantemente procurando alternativas para lidar com os alunos que são de classes sociais diferentes e que chegam até as escolas com interesses e motivações diversificadas.

O mundo está sempre em evolução, portanto ser professor em um mundo globalizado não é tarefa fácil, exige-se que ele seja persistente na constante busca dos diferentes saberes. Por isso, se faz necessário a busca pela formação continuada, visando o melhoramento das práticas pedagógicas vivenciadas no dia-a-dia de sala de aula, como também, esta formação contribuirá para o desenvolvimento da aprendizagem permitindo inovações na construção de novos conhecimentos.

Discutindo sobre o processo de formação dos professores Salgado (2008 apud, SANTOS e PAULINO, 2008) acrescenta:

A ação pedagógica dos professores se configura historicamente ao longo das experiências obtidas em diferentes contextos. Nestes contextos eles vivenciam diferentes emoções, criam representações, resolvem conflitos, tomam decisões. Essas construções de sentidos delineiam sua prática pedagógica, bem como a forma de olhar os desafios e as diversidades (p. 61).

A formação continuada é imprescindível à prática docente, pois a mesma permitirá que o professor se profissionalize em suas práticas, para contribuir com a construção dos conhecimentos dos educandos, tendo em vista que o professor não só ensina, mas também

aprende com sua prática. Esta necessidade de estar sempre em formação surge das constantes mudanças que aparecem a cada dia, como já sabemos, todos os dias nos deparamos com alunos heterogêneos, portanto, não existe uma fórmula pronta para se ensinar, existem sim, pessoas diferentes que precisam ser incluídas no processo de ensino, e, cabe ao professor, encontrar o melhor caminho para percorrer, de forma que alcance as necessidades de todos.

É preciso entender que a proposta de ensino não deve ser a de trabalhar o indivíduo como seres iguais, cuja metodologia estabelecida pelo professor alcance o interesse de todos igualmente, mas é importante rever e adotar metodologias que alcance o indivíduo, observando-o individualmente, cada um com suas peculiaridades diferentes.

A heterogeneidade é fato nas salas de aulas, e tem sido o grande desafio para muitos educadores, adequar sua prática pedagógica para atender todos os alunos que estão inseridos em sua sala de aula.

O processo educativo deve ser complexo e dinâmico para dar possibilidades de o educando se sentir único. Ross e Urbanek, contribuindo com esta reflexão esclarecem que o *feedback* entre professor e aluno como uma troca de conhecimentos os levarão a compreender e superar todos os desafios que surgirão no ambiente de ensino e toda esta situação levará consequentemente o professor pensar em sua prática pedagógica, de forma que ele compreenda e passe a ver o aluno como sujeito em transformação.

Assim, durante toda sua trajetória, o professor precisa sempre repensar sua prática pedagógica, buscando construir e reconstruir seus conhecimentos de forma que venha acrescentar à sua formação mais experiências, as quais lhes darão subsídios para enfrentar grande diversidade que se encontra nas salas de aula.

Cabe destacar que, desde o ensino tradicional até os dias de hoje, a educação brasileira tem passado por muitas mudanças. Sabe-se que a época tradicional castrava um pouco a criatividade do professor, pois o instigava a adotar métodos cujo sistema de ensino se voltava para a produção capitalista e racional, no intuito tão somente de formar sujeitos competentes para enfrentar o mercado de trabalho, não havia a preocupação de se cultivar a afetividade das pessoas envolvidas no processo de ensino.

Nesse sentido, a relação professor e aluno se tornava meramente técnica, a intenção era fazer com que os alunos estivessem sempre comportados para receber e fixar todas as informações que o professor viesse transmitir, logo, os resultados da aprendizagem não eram tão eficazes.

A formação do professor tem acompanhado a evolução da educação no Brasil, e a cada dia têm surgido inovações requerendo do professor a continuidade de sua formação. Com as mudanças que vêm ocorrendo no século XXI, o processo educativo foi também dominado pelas novas tecnologias, e a formação docente torna-se cada vez mais necessária.

Faz-se necessário que o professor além de ter sua formação acadêmica, esteja sempre disponível a querer saber mais, a se qualificar melhor e isso só poderá acontecer se ele estiver aberto a mudanças. Desenvolver uma metodologia de ensino voltada para a diversidade tem sido cada vez mais complexo para os professores.

A formação docente é um processo contínuo, ou seja, ela vai se formando a cada dia, com as experiências do dia a dia, e com a necessidade de procurar se inovar para que seu nível de conhecimento contribua na sua prática. É através desta formação que vai despertar no aluno ou não a satisfação de estar na escola, pois a escola deve ser um ambiente em que o aluno se sinta bem acolhido, e a aprendizagem faz parte deste acolhimento.

Para acrescentar sobre a necessidade da formação continuada dos professores, os (PCNs) Parâmetros Curriculares Nacionais defendem que

Além de sua formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor desenvolva como profissional de educação. O conteúdo e a metodologia para essa formação precisam ser revistos para que haja possibilidade de melhoria do ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também intervir em suas reais condições de trabalho (BRASIL, 1997, p.30-31).

Os PCNs vêm destacar, portanto, mais uma vez a necessidade de se investir na formação continuada dos professores, sendo assim, além de proporcionar preparo ao professor, estará também proporcionando-lhe condições de trabalho.

Portanto, se faz necessário que o professor se renove todos os dias para contribuir com sua formação e esta formação pode acontecer tanto através de cursos oferecido pelas universidades como também através de leituras e momentos que proporcionem a aprendizagem. Esta formação começa na graduação e se completa com a prática cotidiana, se fazendo necessário unir teoria e prática. Freire (2013) acrescenta este pensamento dizendo: “O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor” (p.90), ou seja, Freire defende que a falta de conhecimento e atualização dos saberes compromete a qualidade e autoridade do profissional.

2.1 A INCLUSÃO E AS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O sucesso para um ensino inclusivo está fundamentado nas práticas pedagógicas, pois elas são fundamentais para o processo de aprendizagem de qualidade. A aprendizagem é um processo, e foi durante toda trajetória histórica que surgiram as teorias na tentativa de compreender todo esse processo. São estas práticas que servem de embasamento para que os professores encontrem a maneira mais adequada e eficaz na busca de proporcionar um melhor desempenho para a aprendizagem do aluno.

Sobre a prática pedagógica, Urbanek e Ross argumentam o seguinte:

O modo como o professor concebe o aluno irá determinar a qualidade da ação pedagógica. É necessário combater a concepção tradicional de sanar *déficits*, definir limites preestabelecidos, elegendo um aluno “normal” ou uma “média” como referência e como critério para a programação de objetivos. Reconhecendo a importância dos emocionais, afetivos, cognitivos, psíquicos e neurológicos para a aprendizagem, temos um profissional mais comprometido e responsável para com as necessidades e capacidades de cada aluno (2010, p.116).

Os autores afirmam que as práticas pedagógicas são meios que podem alcançar as dificuldades e as diferenças que existem em sala de aula. É através dessas práticas que se busca uma aprendizagem que seja possível e alcançável.

A inclusão acontece quando a proposta pedagógica escolar estabelece práticas que favoreçam o envolvimento de todos os alunos. É necessário compreender que cada aluno é dotado de características próprias e cada ser é único. Portanto, partindo do pressuposto de que incluir é valorizar as diferenças, a inclusão exige mudança de mentalidade, e, principalmente a valorização da diversidade humana.

Fazer com que aconteça a inclusão nas escolas, implica em almejar e realizar mudanças significativas nas concepções e práticas educacionais, pois, só através da mudança, podem-se criar expectativas diferentes, capazes de fundamentar o princípio do envolvimento coletivo.

As práticas pedagógicas determinam muitas vezes o fracasso na aprendizagem de muitos alunos, pois, os docentes costumam dizer sempre em seus discursos que os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou que tiram notas muito baixas, não querem nada com a vida ou então são incapazes de aprender, tentam até fazer com que esses alunos acreditem que nunca vão obter sucesso profissional.

Desta forma, fica inviável acontecer o processo de inclusão, pois a opinião do professor influencia muito na aprendizagem do aluno, seja ela positiva ou negativa.

Urbanek e Ross, falando do poder que o professor tem de influenciar, argumentam:

A imagem que a pessoa tem de si é, em grande parte, formada a partir da maneira como ela é vista por aqueles com quem convive, e a opinião do outro tem influência proporcional ao valor que ele tem em sua vida. Assim, quando pessoas que são importantes para nós nos elogiam, sentimo-nos encorajados a enfrentar desafios, fortalecendo nossa autoimagem. O professor é importante para os alunos e constitui uma referência para a formação de seu autoconceito, a maneira como se relaciona com eles é fundamental para que se sintam inteligentes e capazes. É necessário não apenas elogiar o educando na ocasião adequada, mas mostrar-lhe de forma precisa e direta, quais foram suas conquistas. Tais informações o ajudam a tomar consciência da sua aprendizagem e a usar com mais segurança os conhecimentos de que se apropria (2010, p.119).

Os autores esclarecem de forma objetiva que os educandos precisam desse reconhecimento e valorização. É a partir da aceitação do outro que se constrói uma educação inclusiva, e são através dos métodos e práticas que determinam o processo de inclusão na aprendizagem.

2.2 INCLUSÃO NA APRENDIZAGEM

Trabalhar numa perspectiva de incluir a todos, não implica em seguir “receitas” para serem aplicadas a determinados tipos de deficiências, mas em valorizar o nível de desenvolvimento de cada aluno. A inclusão deve ser espontânea e sincera.

O fator principal para a inclusão com sucesso nas escolas é priorizar a aprendizagem dos alunos, pois quando se adota a aprendizagem como centro de qualquer outra atividade, as demais vão acontecendo normalmente. Quando o aluno consegue aprender, a inclusão acontece.

Para Mantoan (2014) não existem métodos e técnicas prontos para serem utilizados no processo de inclusão, mas atenta para os limites e competências que são características de cada aluno, cabendo ao professor se adequar às necessidades dos mesmos, desenvolvendo estratégias que alcancem as especificidades e características individuais de cada um.

A proposta da inclusão na aprendizagem não está atrelada apenas à transmissão de conteúdo, é evidente que os conteúdos são necessários, mas o mais importante é a valorização de cada aluno como ser humano, tendo suas características respeitadas e acolhidas, de forma que todos possam ter direito à oportunidade educacional num ambiente que lhe proporcione uma aprendizagem satisfatória.

A aprendizagem pode ser entendida e considerada como um recurso relevante para que aconteça a inclusão nas escolas, para tanto, são iniciativas que deverão partir da

proposta pedagógica das escolas e principalmente das estratégias e metodologias adotadas por cada educador, de maneira que se usem os recursos necessários e que consigam alcançar as necessidades dos alunos.

Pensando numa proposta de uma comunidade de ensino inclusivo, Urbanek e Ross explicam:

A inclusão responsável não pode minimizar a aprendizagem. É preciso fortalecer os alunos para que sempre resolvam seus problemas no e com o grupo, de maneira consciente e dialogada. É necessário estimular o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas para que eles se relacionem e interpretem situações desafiadoras, dificuldades, conflitos, frustrações, perdas, discriminações e levem em consideração o ponto de vista do outro, o contraditório e identifiquem alternativas positivas (2010, p.87).

Os autores defendem a ideia de que a inclusão não acontece se não houver a valorização da aprendizagem e enfatiza a importância do estímulo para o desenvolvimento das habilidades dos alunos, pois são estes estímulos que farão despertar nos alunos o interesse pela aprendizagem. É a motivação que estimula o aluno a realizar as atividades propostas pelos professores, pois, uma vez motivados, conseqüentemente se interessam em aprender.

É comum hoje em dia, os professores se condicionarem a querer ensinar a turmas perfeitas, onde encontre alunos estudiosos e comportados. Enganam-se, pois, os alunos que estão inseridos nas escolas, na sua maioria, são alunos que trazem consigo inquietações, problemas, são desmotivados e sem objetivo para aprender. Para tanto, é importante que o professor esteja motivado para despertar nos alunos expectativas positivas.

Para acrescentar a discussão, Piletti e Rossato enfatizam o seguinte:

Nesse aspecto, muitos educadores ao conhecer o histórico do aluno, de repetências, de “mau comportamento”, de dificuldade de aprendizagem, sua pobreza, sua cor, sua origem de determinado bairro, comumente levantam hipóteses e prognósticos sobre as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem desses alunos. E a motivação do educador, em sua tarefa de ensinar, pode estar perpassada por tais expectativas. Como motivar-se para organizar e realizar uma “boa aula” se a expectativa de resultado positivo é baixa (2013, p.165)?

Se o professor estiver preocupado realmente com a aprendizagem de seus alunos, mesmo diante dos empecilhos, ele encontrará meios e estratégias que podem ser desenvolvidas no intuito de solucionar os problemas de aprendizagem dos alunos. Para tanto, é necessário que o professor esteja sensível a mudanças e procure se inteirar das dificuldades trazidas por estes alunos, para poder encontrar as alternativas viáveis de serem desenvolvidas, afim de que as expectativas dos alunos sejam alcançadas, só assim, a inclusão encontrará espaço no processo de ensino aprendizagem.

Sabe-se que a prática deve sempre está acompanhada de algum embasamento teórico para poder se fundamentar, pois ninguém consegue construir conhecimentos sozinhos, isoladamente, faz-se necessário buscar embasamento em outros que por sua vez, já discutiram ou construíram teorias a respeito de várias temáticas.

Para prosseguir a reflexão proposta, é pertinente apresentar algumas teorias do conhecimento da aprendizagem humana, o que será feito no capítulo seguinte.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos observados, a formação docente tem sido bastante desafiadora, o docente precisa estar preparado para criar possibilidades, não basta transferir conhecimento. A formação docente é um dilema histórico, sendo as primeiras iniciativas a partir de Comenius século XVII. Evidentemente o processo histórico se desenvolveu ao longo dos anos. Apesar de antigos, os desafios permanecem até hoje, destacando-se algumas conquistas como a graduação em larga escala.

Numa sociedade em constante mudanças, é essencial a formação continuada, haja visto que cada aluno tem um ritmo de aprendizado diferente, cabe ao professor ser flexível para alcançar o maior número de alunos possíveis. A formação docente deve ser voltada para a diversidade, se transformando em um processo contínuo, com as experiências do dia a dia, o processo histórico ainda está em desenvolvimento. Quando o professor ensina, ele também aprende, transformando a heterogeneidade como prática em sala de aula, daí a importância de conciliar a formação acadêmica, e está aberto a aprender mais e se qualificar melhor, para isso precisa estar aberto a mudanças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 24 de dezembro de 1996. Brasília/DF: MEC, 2006.

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FEUTRIN, Antônio Efro. **Inclusão Social na Escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença**. 2ª Ed. São Paulo: Paulinos, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**.

45ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Todas as crianças são bem-vindas à escola.** Disponível em: <http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html#todas>. Acesso em: 20 maio. 2021.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia da Aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo.** 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e técnicos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação: jan/abr, 2009.

URBANEK, Dinéia; ROSS, Paulo Ricardo. **Educação Inclusiva.** Curitiba: Editora Fael, 2010.